



• U

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mestrado em Economia

Especialização em Economia Financeira

Relatório de Estágio

Os Riscos associados a um Processo de Auditoria Financeira

Orientador: Professor José Manuel Bernardo Vaz Ferreira

Supervisor da Entidade Acolhedora: Dr.^a Carina Fonseca

Rita Mafalda Vieira da Costa e Sousa

Coimbra

Janeiro 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo

O presente relatório integra a fase final do Mestrado em Economia, 2º ciclo de acordo com o Processo de Bolonha, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Este relatório procura reproduzir, de forma sucinta, a realização de um estágio curricular como assistente de auditoria, na Deloitte Portugal, no escritório de Lisboa, pelo período de 3 meses.

O Relatório de Estágio está dividido em quatro secções. Na primeira secção faz-se uma apresentação da empresa e do Grupo onde está inserida, abordando temas como a sua constituição, os seus objectivos, valores, cultura e por fim a sua estrutura e serviços que presta. Na segunda secção, faz-se uma breve descrição teórica do processo de auditoria financeira assim como do seu Planeamento. Na terceira secção é abordado um tema teórico ligado aos riscos de um processo de auditoria financeira associados a um trabalho de assistente. Na quarta secção são descritas as principais tarefas realizadas no estágio, correspondendo estas às actividades de um assistente numa equipa de auditoria financeira.

Abstract

This Report is part of the final stage of the Master in Economics, 2nd cycle according to the Bologna Process at the Faculty of Economics, University of Coimbra. This report seeks to reproduce, briefly, the execution of a curricular internship as an assistant auditor, in Deloitte Portugal, at Lisbon Office, for a period of 3 months.

The Report is divided into four sections. The first section presents the company and the Group where it's placed, addressing topics such as its constitution, its objectives, values and culture, and finally its structure and services it provides. In the second section, we make a brief theoretical description of the financial audit process as well as its planning. In the third section we approach a topic discussing the theoretical risks of a financial audit process associated with an assistants' work. The fourth section describes the main tasks performed on the stage which are linked to the activities of an assistant in a financial audit team.

“O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário”

Albert Einstein

Agradecimentos

Aos meus pais, que me prestaram o apoio incondicional e me proporcionaram a concretização de um dos meus sonhos. A eles agradeço todos valores e educação que me transmitiram ao longo de todos estes anos.

Às minhas irmãs e irmão, pelo companheirismo, compreensão e por estarem sempre presentes quando mais preciso sem nunca me deixarem desistir.

Às minhas queridas amigas e aos meus amigos pela vossa amizade, pelos grandes momentos que passámos e por terem acreditado sempre.

Ao David, que provou estar sempre ao meu lado em todos os momentos e que o seu apoio será sempre uma certeza.

Ao Prof. Dr. José Manuel Bernardo Vaz Ferreira, meu orientador de estágio, pela disponibilidade e dedicação neste projecto.

À Deloitte Portugal, que me concedeu o privilégio de aprender e crescer junto de profissionais de excelente qualidade técnica. Não posso deixar de agradecer à Dra. Carina Menino Fonseca por todo o apoio e confiança demonstrado desde o primeiro dia em que comecei o meu trajecto profissional.

Resta-me somente agradecer a todos os elementos da Deloitte pela paciência, dedicação, esforço e simpatia com que me acolheram e me ajudaram a começar uma nova etapa da minha vida e igualmente a todas as pessoas da FEUC, desde professores, funcionários, colegas e amigos pela formação e o saber que me inculcaram durante todo o período que lá passei.

A todos, até mesmo os que não mencionei, um muito obrigado.

Índice

1 – Introdução.....	1
2 – Breve Apresentação da Entidade de Acolhimento.....	2
2.1 – Constituição da Sociedade.....	2
2.2 – Estrutura da Sociedade	4
2.3 – Valores e Cultura.....	5
2.4 – Serviços.....	5
3- A Auditoria Financeira.....	6
3.1 – Breve Análise Teórica do Processo de Auditoria.....	6
3.2 – O Planeamento do Processo de Auditoria.....	9
4 – Os Riscos de um processo de auditoria.....	11
4.1 – A Materialidade.....	11
4.2 – A Materialidade associada ao Risco de Auditoria.....	13
4.3 – Riscos associados ao Processo de Auditoria Financeira.....	17
5 – Prática de Auditoria e Procedimentos Efectuados.....	19
5.1 – O Controlo de circularização.....	20
5.2 – Análise dos meios financeiros líquidos.....	22
5.3 – Análise de Bens e de Serviços, Pessoal e Dívidas a pagar.....	25
5.4 – Análise de Existências.....	28
5.5 – Análise de Investimentos e Financiamentos.....	31
5.6 – Contas a Receber e a Pagar.....	33
6 – Conclusão.....	38
Referências.....	40
Anexos.....	41

Índice de Anexos

Anexo 1 – Controlo de circularização.....	42
Anexo 2 – Modelo das Cartas de circularização.....	42
Anexo 3 – Exemplo de Teste às Reconciliação Bancárias.....	48
Anexo 4 – Exemplo de Teste aos Fornecimentos e Serviços Externos.....	48
Anexo 5 – Exemplo de Teste às Existências.....	49
Anexo 6 – Exemplo de Teste aos Investimentos e Financiamentos.....	49
Anexo 7 – Exemplo de Teste ao Pessoal.....	50

1- Introdução

O presente relatório procura abordar, de forma sucinta, as tarefas executadas ao longo do estágio que realizei para a conclusão do Mestrado em Economia (Estudos de 2º Ciclo), com especialização na área de Economia Financeira, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O projecto desenvolveu-se durante o período de 3 meses, de Setembro a Dezembro, na empresa multinacional *Deloitte*. Sendo uma das maiores empresas mundiais de prestação de serviços, nas áreas de Auditoria, Consultoria e Fiscalidade, foi com enorme prazer que realizei este Estágio dentro desta Instituição. Conhecida por muitos como a “Empresa Escola”, posso, indubitavelmente, afirmar que o foi, tendo todos os ensinamentos que adquiri sido transmitidos por profissionais de enorme capacidade e competência.

O Relatório de Estágio está dividido em cinco secções. Numa primeira secção faz-se uma apresentação da empresa e do Grupo onde está inserida, abordando temas como a sua constituição, a estrutura em que se insere, os seus objectivos principais, os seus valores e cultura, e por fim os serviços que presta.

Numa segunda secção faz-se uma breve descrição teórica de todo um processo de auditoria financeira, salientado a importância de um bom planeamento com o objectivo de desenvolver uma auditoria o mais eficiente possível. É evidente a crescente importância da Auditoria nos dias de hoje, motivada pela pressão de quem tem de cumprir os objectivos nas diversas áreas de Economia, Contabilidade e Fiscalidade.

Numa terceira secção é abordado um tema teórico ligado aos riscos de um processo de auditoria financeira associados a um trabalho de assistente. Nesta secção é desenvolvido e aprofundado um ponto essencial no trabalho de auditoria, a materialidade e os riscos inerentes a cada uma das áreas exploradas pelo auditor e as respectivas asserções associadas.

Na quarta secção são descritas, de forma sintetizada, todas as tarefas executadas ao longo do trabalho de um assistente de auditoria, e que foram, assim, realizadas por mim. Estas tarefas passam, essencialmente, pelo trabalho de campo, sendo a circularização, a análise dos meios

financeiros líquidos, os bens e serviços, pessoal e dívidas a pagar, a análise de existências, de investimentos e financiamentos, por fim, as contas a pagar e a receber. Por último, são apresentadas as principais conclusões do relatório.

É, igualmente, importante referir que, no momento de assinatura do Estágio a realizar, comprometi-me, contratualmente, a cumprir, cláusulas estritas de confidencialidade. No sentido de cumprir aquilo a que me propus e de descrever de forma clara as actividades que desenvolvi, não irei mencionar o nome das empresas para as quais prestei serviços.

2 – Breve Apresentação da Entidade de Acolhimento

A *Deloitte* é uma marca global presente em mais de 140 países e com uma rede de 165 mil profissionais espalhados por todo o mundo. A sua marca é reconhecida pela busca da excelência e pela focalização do serviço ao seu cliente.

A Empresa presta serviços em quatro áreas profissionais, auditoria, consultoria financeira e fiscal e consultoria de gestão a mais de 80% das maiores empresas mundiais, assim como as maiores empresas privadas e instituições públicas em Portugal.

Em Portugal, a *Deloitte* é líder do ranking de prestações de serviços integrados de auditoria, consultoria e consultoria fiscal nas 250 maiores empresas nacionais. Esta conta com cerca de 1800 profissionais que partilham os valores e motivação de todo o universo Deloitte: *fazer sempre mais e melhor pelo cliente*.

Como tal, tem como principal Missão: *“Ajudar as nossas pessoas e os nossos clientes a alcançar a excelência”*. Relativamente à sua Visão, passa por *“Seremos reconhecidos como a melhor organização de serviços profissionais do mundo”*.

2.1 – Constituição da Sociedade

A Deloitte & Associados, SROC S.A. (“Sociedade”) encontra-se constituída sob a forma jurídica de Sociedade Anónima, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, estando inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 43 e na Comissão de Mercados de Valores Mobiliários com o número 223. A Sociedade tem presentemente um capital social de 500.000 euros, detido, em 31 de Dezembro de 2009, tal como a totalidade dos direitos de voto, por 26 Revisores Oficiais de Contas.

A Deloitte & Associados, SROC S.A. é uma firma-membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), uma sociedade privada de responsabilidade limitada no Reino Unido. As firmas-membro prestam os seus serviços profissionais sob a marca “Deloitte” e com designações como “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outras relacionadas.

A estrutura da DTTL tem por finalidade apoiar as firmas-membro e as sociedades a si ligadas em mais de 140 países, sempre preservando os seus elevados níveis de qualidade e confiança dos seus clientes.

A Deloitte & Associados, SROC S.A., além de firma-membro da DTTL, também faz parte da Rede da Deloitte em Portugal. Esta Rede integra as seguintes sociedades:

- Deloitte & Associados, SROC S.A. – actividade: serviços de auditoria e consultoria fiscal.
- Deloitte & Associados, S.A. – actividade: consultoria de negócios e de gestão e corporate finance.
- SGG – Serviços Gerais de Gestão, S.A. – actividades: serviços de outsourcing nas áreas de contabilidade e administrativa e consultoria geral nestas mesmas áreas.
- Weshare – Serviços de Gestão, S.A. – actividade: serviços partilhados de gestão administrativa e financeira, essencialmente prestados à Rede Deloitte em Portugal.

A Deloitte Portugal tem escritórios em Lisboa e no Porto e conta com cerca de 1600 profissionais que assumem diariamente um compromisso de excelência.

As sociedades pertencentes à Rede Deloitte Portugal (Lisboa, Porto e Luanda), assim como os seus profissionais, encontram-se obrigadas a cumprir com padrões profissionais, valores

e princípios éticos, metodologias e sistemas de controlo de qualidade e de gestão de risco estabelecidos pela DTTL.

Estas entidades embora partilhem as mesmas instalações e recursos, são entidades separadas e com estruturas autónomas.

2.2 – Estrutura da Sociedade

A Deloitte & Associados, SROC S.A. é administrada por um Conselho de Administração composto por cinco sócios da Sociedade, sendo fiscalizada por um Fiscal Único. A sociedade dispõe ainda de um Conselho Consultivo.

O Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

- Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente.
- Maria Augusta Cardador Gonçalves – Administradora.
- António Marques Dias – Administrador.
- João Luís Falua Costa da Silva – Administrador.
- Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Administrador.

Fiscal único efectivo:

- João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins.

As actividades da Rede da Deloitte em Portugal encontram-se organizadas, para fins da sua gestão operacional, em Funções. São indicadas de seguida essas Funções e os respectivos responsáveis:

- Auditoria – Manuel Maria de Paula Reis Boto.
- Consultoria Fiscal – Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.
- Consultoria – Nuno Miguel Portela Gonçalves Belo.
- Corporate Finance – José Gabriel Casero Chimeno.

- Outsourcing – Horácio da Silva Marreiros Negrão.

O modelo da sociedade a nível de pessoas corresponde a uma carreira hierárquica:

1. Partner (sócio da firma)
2. Senior Manager
3. Manager
4. Top Senior
5. Senior
6. Audit 2
7. Audit

2.3 – Valores e Cultura

A Deloitte é a junção dos valores, das competências e da ambição do seu activo mais importante: as pessoas.

Esta marca tem como visão global comum em todos as partes do mundo: ser um referencial de excelência. É a partilha de valores e convicções que define e mantém unida a Deloitte internacionalmente, tendo como palavras-chave:

- Integridade;
- Compromisso com os outros;
- Excelência no valor acrescentado aos clientes;
- Diversidade cultural.

2.4 – Serviços

A oferta de serviços da Deloitte Portugal está organizada, conforme referido anteriormente, em auditoria, consultoria financeira e fiscal e consultoria de gestão.

Em Auditoria a Deloitte oferece um leque de serviços indispensáveis para os seus clientes atingirem os seus objectivos, gerirem o seus riscos e melhorarem o seu desempenho empresarial. Em auditoria o âmbito dos serviços prestados é o seguinte:

- Certificações legais de contas, auditorias contratuais, exames simplificados e de procedimentos acordados sobre informação financeira histórica;
- Outros trabalhos de garantia de fiabilidade, nomeadamente os previstos na lei e os relacionados com informação financeira prospectiva e sistemas informatizados;
- Consultoria em matérias contabilísticas e em sistemas de controlo interno.

Em Consultoria Fiscal a *Deloitte* disponibiliza um serviço altamente especializado, inovador e capaz de antecipar as mudanças com impacto na actividade e desempenho dos seus clientes.

Em Consultoria a Deloitte trabalha em proximidade com os clientes para a criação de valor e para a obtenção de uma vantagem competitiva globalmente sustentável. A *Deloitte* garante inovação, conhecimento e capacidade de implementação tendo como principal objectivo nesta área transformar os desafios em soluções.

Por fim, na área de Corporate Finance, a *Deloitte* preocupa-se em acompanhar os seus clientes, facilitando e executando transacções, como fusões e aquisições, no acesso aos mercados de capitais, e no planeamento de estratégias de optimização do valor de activos imobiliários e investimentos, assim como em programas de reestruturação.

3 - A Auditoria Financeira

3.1 - Análise Teórica do Processo de Auditoria

A “*Auditoria Financeira*” visa, essencialmente, dar credibilidade à informação financeira que compreende as chamadas demonstrações financeiras (DF).

Conforme salienta Baptista da Costa (2010), não existe uma definição rígida do que é a auditoria financeira se bem que determinados termos ou expressões sejam utilizados nas definições dadas por diversos autores e organismos profissionais.

Manuel Soto Serrano (2000) classifica a auditoria como o exame das demonstrações financeiras de uma empresa ou entidade, sendo realizada em conformidade com determinadas normas por um profissional qualificado e independente, com o fim de expressar a sua opinião sobre a razoabilidade da informação apresentada por essas demonstrações e as regras e princípios existentes.

Neste relatório pretende-se descrever aquilo a que chamamos Auditoria Financeira, tendo como principal função a análise de contas das empresas, com vista a averiguar se estas elaboram a sua contabilidade de acordo com as regras que vigoram na preparação e apresentação da informação contabilística e financeira.

Deste modo, cabe ao auditor financeiro avaliar a situação financeira das empresas, através da análise das contas e operações de uma dada empresa. No final do trabalho de auditoria, é emitido um relatório explicativo, através do qual os accionistas, o Estado e o público em geral ficam a saber a situação das contas da empresa auditada.

As tarefas de um profissional de auditoria podem ter um âmbito mais vasto ou mais restrito, dependendo da natureza da auditoria e do sistema de controlo interno adoptado pelo cliente. De uma forma teórica, deveriam ser analisados por estes profissionais, todos os documentos, todos os papéis de contabilidade, todas as contas, entre outros, mas obviamente, devido à dimensão das empresas, este trabalho seria impossível. Na prática, os auditores utilizam ferramentas e técnicas de modo a obter uma amostra dos documentos existentes, utilizando mais tarde testes, exames e confirmações, segundo a metodologia adoptada. A informação contabilística analisada pelo auditor é, normalmente, o balanço da entidade, a demonstração de resultados, os fluxos de caixa e o anexo às contas.

Além da análise documental, o trabalho de auditoria financeira passa, também, pelo diálogo com alguns dos elementos da instituição (responsáveis pela gestão financeira,

contabilística e administrativa da empresa). Toda a informação retirada destas relações é, igualmente, importante para o trabalho final do auditor.

Por fim, feita a pesquisa é elaborado o relatório. No caso de os auditores não concordarem com alguns aspectos detectados são incluídas reservas no relatório final, assim como algumas recomendações. Estas reservas podem incluir as irregularidades ou a utilização de critérios incorrectos na preparação das demonstrações financeiras. Já as recomendações resultam da observação que os auditores fazem dos procedimentos administrativos da empresa, sendo medidas que estes sugerem à empresa no sentido de melhorar a sua gestão contabilística, financeira e administrativa.

Quando uma empresa recorre a um serviço de auditoria financeira é pela sua necessidade de credibilizar as suas contas e garantir a sua saúde financeira perante os accionistas, o Estado e o público em geral. É importante reforçar a ideia das responsabilidades assumidas por estes profissionais, mais concretamente, no caso de certas irregularidades este poderá ser mesmo punido por lei, por exemplo, a não detecção de documentos falsos.

É importante sublinhar a ideia de, num processo de auditoria, ser essencial um bom trabalho de grupo. Estes profissionais trabalham, quase, se não sempre, em grupo. O número de elementos de cada equipa dependerá da dimensão da empresa, da complexidade do trabalho e do prazo de entrega do relatório.

Hoje em dia, nesta profissão, os conhecimentos de informática são um elemento imprescindível, uma vez que a ferramenta principal do auditor é o computador portátil, tendo cada vez maior peso o tratamento de ficheiros informáticos e ficando de lado a análise de listagens em papel.

No presente fecho de ano, 2010/2011, encontra-se em vigor uma grande mudança do Sistema Contabilístico Nacional. Com um mercado sempre em crescimento e cada vez mais exigente surgiu a necessidade da adopção das Directivas Contabilísticas e Regulamento da UE. Assim, foi apresentado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) o SNC. Este surgiu de modo a aumentar a comparabilidade da informação financeira, assentando nas Normas Internacionais de Contabilidade, sendo ainda compatíveis com as Directivas Comunitárias.

Foram ainda adoptadas algumas das IAS/IFRS pela CNC, mas não todas, tendo sido transpostas para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) presentes no SNC.

Como forma de conclusão, o objectivo de todo um trabalho de Auditoria consiste em fornecer uma opinião independente e verdadeira relativamente às demonstrações financeiras de uma empresa vista em todos os seus aspectos materiais. Conforme referido anteriormente, procura-se desenvolver uma auditoria não apenas como projecto destinado à emissão de relatórios sobre actividades passadas, mas também como um processo de apoio à gestão das organizações.

3.2 O Planeamento do Processo de Auditoria

De acordo com a DRA 300, o Planeamento de uma auditoria significa desenvolver uma estratégia geral e uma abordagem pormenorizada quanto à natureza, tempestividade e extensão esperadas de uma auditoria devendo o auditor planear realizá-la de forma eficiente e tempestiva.

Em termos de tempestividade é usual dividir os procedimentos de auditoria em duas fases, a fase preliminar e a fase final, entendendo-se como preliminar aquela em que ainda não estão disponíveis os balancetes referentes à data de referência das demonstrações financeiras sujeitas a auditoria.

Os papéis de trabalho devem estar cuidadosamente elaborados, de forma a permitirem que qualquer pessoa externa ao processo de auditoria seja capaz de interpretar, adequadamente, todo o trabalho realizado. Estes devem ainda ser organizados de forma a facilitar o acesso à informação necessária no tempo mínimo.

O trabalho de auditoria compreende um conjunto de fases bem estruturadas, tendo a fase de planeamento uma elevada importância. Um adequado planeamento de auditoria contribui para que seja dada uma atenção apropriada a áreas de maior importância, sejam identificados potenciais problemas, as tarefas sejam devidamente distribuídas pelos diversos técnicos e que o trabalho seja completado de forma expedita e dentro dos prazos previstos.

De acordo com a Directriz, é apresentado um conjunto de passos a serem seguidos numa fase do plano global de auditoria. Estes passam pelo conhecimento do negócio; compreensão dos sistemas contabilísticos e controlo interno; risco e materialidade; natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos de auditoria; coordenação, direcção, supervisão e verificação; a utilização de tecnologias de informação e alguns assuntos associados ao trabalho.

Numa primeira fase prevê-se que o auditor entenda o negócio do cliente, a fase “*Knowledge of the Business*”, bem como a indústria em que se insere. O conhecimento do negócio da empresa permite ao auditor identificar e compreender os acontecimentos, as transacções e as práticas, tendo efeito nas demonstrações financeiras.

Este conhecimento é utilizado pelo auditor para determinar os riscos inerentes e identificação de problemas, de modo a planear e a realizar a auditoria de forma eficaz e eficiente. Esta informação é, em muitos casos, recolhida pela experiência de equipas de auditoria que já tenham trabalhado em clientes da mesma área em causa.

De seguida, é elaborada a estratégia mais apropriada para a auditoria e a verificação das DF do cliente, de modo a garantir que estas foram elaboradas de acordo com as normas em vigor.

Numa fase seguinte é seleccionada a equipa de trabalho, passando pela identificação dos elementos da equipa, tendo em consideração as especificidades dos mesmos e as competências requeridas.

Após esta fase, é importante perceber o sistema de controlo interno adoptado pela empresa. Entende-se, portanto, conhecer melhor o sistema adoptado pelo cliente proporcionando-lhe assim uma auditoria mais eficaz.

Segundo a DRA 400, um sistema de controlo interno engloba todas as políticas e procedimentos (controlos internos) adoptados pelo órgão de gestão de uma empresa que auxiliam a atingir os objectivos de gestão de assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente do seu negócio.

Subsequentemente, será determinada a materialidade e identificados os possíveis erros existentes, dos quais irei abordar de forma pormenorizada seguidamente.

Importa sublinhar a ideia de num momento que se planeia uma auditoria dever-se-á prever a hipótese de se fazerem ajustamentos ao longo da execução do trabalho uma vez que, sobretudo em casos de primeiras auditorias, existe um desconhecimento das realidades concretas da empresa por parte do auditor.

4. Os Riscos de um processo de auditoria

4.1 A Materialidade

Segundo o *“Deloitte Audit Approach Manual”*, *“Materiality is considered in terms of the smallest aggregate level of Misstatements that could be considered material to any one of the statements that comprise the Financial Statements”*.

O cálculo da materialidade num processo de auditoria surge numa fase de planeamento do trabalho, podendo, no entanto, ser realizada qualquer revisão que se considere conveniente.

Com a informação resultante de um trabalho preliminar de recolha e validação de toda a informação necessária para se iniciar a auditoria de uma Empresa, vêm os testes substantivos (Substantive Audit Evidence). A informação obtida por parte dos responsáveis da Empresa, realizada através dos seus controlos internos, por muito bem que possam ser avaliados, apenas proporcionam uma segurança limitada no que respeita à prevenção e detecção de erros nas demonstrações financeiras. Assim, os testes substantivos são considerados fundamentais e absolutamente necessários.

No que respeita aos procedimentos analíticos, o mais utilizado é o teste de razoabilidade, passando por uma definição de expectativa, determinação de margem, análise de diferenças e investigação das diferenças. Inicialmente o desenvolvimento da expectativa baseia-se na análise da informação recolhida na qual o auditor elabora uma ideia, sendo normalmente um valor numérico, posteriormente confrontada com os resultados obtidos nas demonstrações financeiras e pretendendo-se obter a diferença existente entre a sua expectativa, do auditor, e o que é realmente contabilizado para a empresa. Por outro lado, a determinação da margem consiste na definição de

um *threshold*. Este consiste no valor mínimo considerado razoável além do qual todas as diferenças acima a este terão de ser detalhadamente analisadas. Assim, a definição de *threshold* está relacionada com a materialidade de cada projecto de auditoria.

O passo seguinte caracteriza-se pela discriminação detalhada de todos os cálculos efectuado para o apuramento da diferença em causa. Por fim, é fundamental a investigação do porquê da existência de uma diferença superior ao *threshold* definido, uma vez que só assim vamos determinar quais os procedimentos que a empresa está a utilizar na contabilização das rubricas em análise, assim como, testar as asserções em causa.

Segundo a DRA 320, “a informação é material se a sua omissão ou distorção influenciarem as decisões económicas dos utentes tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do elemento ou do erro, ajuizado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte, não sendo uma característica qualitativa primária que a informação deva ter para ser útil.”

Na determinação do risco de auditoria, o auditor deve usar o seu julgamento profissional tendo em conta a materialidade e o relacionamento desta com aquele risco. A materialidade não é susceptível de uma definição geral matemática, uma vez que envolve aspectos qualitativos (natureza) e quantitativos (quantias).

Em termos quantitativos, a materialidade reflecte-se geralmente no Balanço ou na Demonstração dos Resultados. Como exemplo, activos e réditos sobreavaliados e/ou de passivos e gastos subavaliados.

Em termos qualitativos, a materialidade reflecte-se, geralmente, no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por via das inadequadas divulgações de informação que complementam as quantias constantes nos dois documentos referidos anteriormente. Como exemplo, uma inadequada e insuficiente informação sobre as políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras.

Caso seja encontrado um erro, o auditor deverá procurar a sua causa. O conhecimento da causa do erro poderá auxiliar o auditor na determinação de potenciais erros de tipo similar e na alteração do programa da auditoria. É importante, assim, saber o modo como os erros ocorrem. Se o erro for considerado como intencional, o auditor deverá aprofundar como o erro ocorreu. Pelo contrário, se o erro for considerado como não intencional, auditor deverá procurar saber se este resultou de inadequação dos procedimentos prescritos, de falha de compreensão destes ou de outra falha humana (falha ocasional, falta de cuidado habitual, etc.).

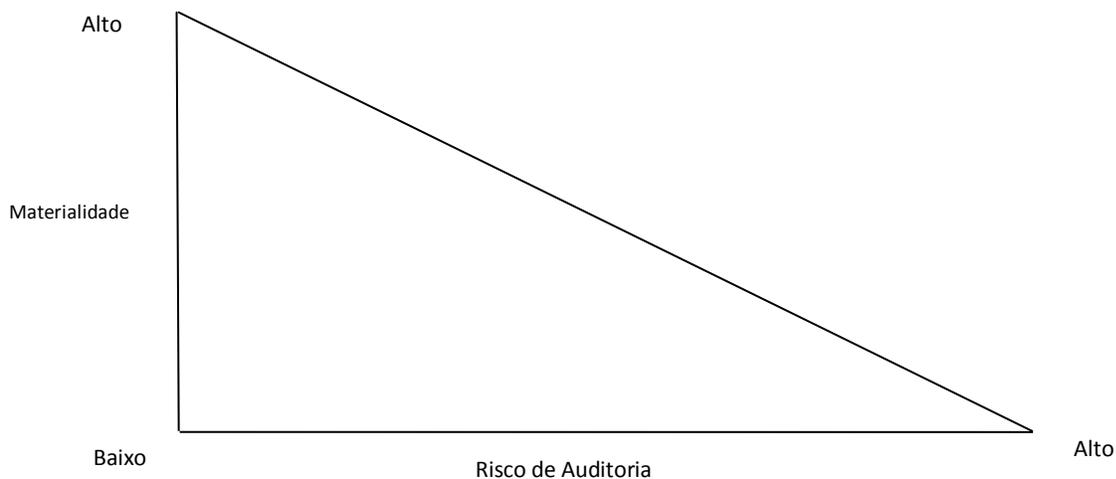
Pelo que é importante referir, que num processo de auditoria, o auditor deverá encorajar a correcção de todas as diferenças identificadas durante a auditoria, mesmo aquelas que não são materialmente relevantes.

4.2 A Materialidade associada ao Risco de Auditoria

Segundo a DRA 400 existe uma relação inversa entre a materialidade e o nível de risco de auditoria, pelo que quanto maior for o nível de materialidade menor será o risco de auditoria, e vice-versa. O auditor tem em conta esta relação inversa entre materialidade e risco quando determina a natureza, a extensão, a profundidade e oportunidade dos procedimentos de auditoria.

Assim, enquanto a materialidade tem a ver com uma medida de precisão, o risco de auditoria está relacionado com uma medida de credibilidade.

Verifica-se, com a seguinte ilustração, a referida relação inversa.



Fonte: In Principles of Auditing – Na Introduction to Internacional Standards on Auditing, 2ª edição, Hayes et al., Pearson Education Limited, 2005

Figura 1: O Risco de Auditoria

Com a ilustração anterior, no caso de um nível de materialidade alto o respectivo risco de auditoria será, efectivamente, baixo. A inversa situação também se passa, obviamente. Como exemplo, no caso da materialidade alta, um auditor optará pela confirmação de todos os saldos de clientes, no caso contrário, não se confirma qualquer saldo de clientes e o risco de auditoria será alto.

A estimativa da materialidade e do risco de auditoria no momento do planeamento pode ser diferente da estimativa no momento da avaliação dos resultados dos procedimentos no processo de auditoria. Isto deve-se a uma possível alteração nas circunstâncias ou a uma alteração no conhecimento do auditor em resultado da auditoria. Assim, se a auditoria for planeada antes do final do período, o auditor antecipará os resultados das operações e a posição financeira. Caso os resultados reais das operações e a posição financeira forem substancialmente diferentes, a estimativa da materialidade, assim como o seu risco associado, podem mudar. Adicionalmente, o auditor pode, ao planear o seu trabalho, fixar intencionalmente o nível de materialidade aceitável num nível inferior àquele que pretende usar para avaliar os resultados da auditoria. Assim, o auditor terá uma margem de segurança ao avaliar o efeito de distorções identificadas durante a auditoria.

Todas estas situações poderão levar a resultados de diferentes níveis de materialidade. Como factores a influenciar a avaliação da materialidade monetária podem existir, o volume de negócios das vendas e prestações de serviços da Empresa, o Resultado Líquido antes de Imposto, as Activos e os Passivos (tomados individualmente e em conjunto), o total do balanço e o total do capital próprio.

De acordo com a DRA 400, o risco de auditoria significa o risco de o auditor expressar uma opinião inapropriada quando as demonstrações financeiras apresentam distorções materialmente relevantes. Passando a explicar, a materialidade funciona como um filtro para a detecção de erros, no entanto, esta não garante que todos os erros sejam detectados.

Segundo esta Directriz, o risco de auditoria é a susceptibilidade do auditor dar uma opinião inapropriada quando as DF estejam distorcidas de forma materialmente relevante. Uma auditoria procura garantir alguma segurança, e não a sua totalidade, de que as DF não contêm erros materiais.

O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção material (isto é, o risco de que as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas antes da auditoria) e o risco de que o auditor não detecte tal distorção, o risco de detecção. Assim, risco de auditoria tem três componentes. Primeiramente um risco inerente, seguido de um risco de controlo e, por fim, um risco de detecção.

O risco inerente consiste na susceptibilidade de um saldo de uma conta ou classe de transacções conter uma distorção que possa ser materialmente relevante, estando intimamente ligado com as informações individuais, assumindo que os controlos internos não existem. Uma boa forma de o auditor conseguir avaliar os factores que possam conduzir a este erro será a procura de conhecer o negócio do cliente, os seus objectivos e recursos disponíveis, o seu meio envolvente, o seu ciclo operacional, assim como o seu plano de financiamento.

O risco de controlo encontra-se directamente relacionado com a eficácia do controlo interno desenhado pelo cliente, pelo que um controlo interno bem traçado tenderá a reduzi-lo. Assim, perante este risco, uma distorção que possa ser materialmente relevante não será prevenida ou detectada e corrigida atempadamente pelo sistema adoptado de controlo interno.

Podemos definir o risco de controlo interno como o risco de poderem ocorrer erros ao nível de uma conta de Balanço e este não ser detectado a tempo pela contabilidade ou pelo sistema de controlo. Desta forma, numa entidade com um controlo interno complexo, o auditor deverá usar fluxogramas, questionários, ou listas de verificação de modo a facilitar a aplicação destes testes.

Um último risco é o risco de detecção, em que o auditor pode não conseguir detectar um erro material através dos seus procedimentos traçados. Este é o único risco de auditoria que poderá depender, em parte, do auditor, visto que pode alterar ou melhorar os seus procedimentos na redução do risco.

Relativamente ao risco de controlo este vai depender do sistema de controlo interno adoptado pela Empresa, sendo ideal para o auditor aquele que detecte todos os erros materialmente relevantes, antes de influenciarem as demonstrações financeiras. Já o risco de detecção representa os procedimentos de auditoria, existindo sempre a possibilidade de certas distorções não serem detectadas. A isto se dá o nome de Risco de Auditoria.

O risco inerente e o risco de controlo diferem do risco de detecção pelo facto de aqueles existirem independentemente da auditoria das demonstrações financeiras, enquanto o risco de detecção está relacionado com os procedimentos do auditor, podendo ser alterado conforme o seu juízo profissional. Pode-se concluir que existe um relacionamento inverso entre o risco de detecção e o nível combinado do risco inerente e do risco de controlo. Ou seja, quando o risco inerente e o risco de controlo forem altos, o risco de detecção aceitável terá de ser baixo de forma a reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo. Estes riscos podem ser avaliados em termos quantitativos (em percentagens) ou em intervalos de termos não quantitativos, por exemplo, de um mínimo a um máximo.

Existe uma relação inversa entre o risco de detecção e o nível combinado do risco inerente e do risco de controlo. Como exemplo, no caso de estes dois riscos serem elevados, os níveis aceitáveis de risco de detecção necessitam de ser baixos a fim de reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável. Por outro lado, quando os referidos dois riscos são baixos, um auditor pode aceitar um risco de detecção mais alto e ainda reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável.

Quadro 1: Determinação do Risco de Controlo pelo auditor

		Avaliação pelo auditor/revisor do risco de controlo		
		Alto	Médio	Baixo
Avaliação pelo revisor/auditor do risco inerente	Alto	O mais baixo	Mais baixo	Médio
	Médio	Mais baixo	Médio	Mais alto
	Baixo	Médio	Mais alto	O mais alto

Fonte: Manual dos Revisores Oficiais de Contas

No caso de o auditor examinar a 100% os saldos de conta ou as classes de transacções, assim mesmo, estaria sempre presente algum risco de detecção uma vez que a grande parte da prova de auditoria é persuasiva.

4.3 – Os Riscos associados ao Processo de Auditoria Financeira

Num processo de auditoria a recolha de provas por parte do auditor exerce um duplo objectivo, primeiramente, validar as asserções¹ contidas nas Demonstrações Financeiras, conduzindo aos objectivos finais de um trabalho de auditoria, que consiste na expressão da opinião por parte do auditor, e seguidamente, salvaguardar os trabalhos realizados por este profissional, em que a sua opinião apenas foi possível a partir de provas recolhidas ao longo do seu trabalho.

¹ – Asserção é uma afirmação ou asseveração, ou seja uma proposição que se adianta como verdadeira. Grande Dicionário da Língua Portuguesa (Amigos do Livro, 1981/86).

Como tal, o auditor deverá utilizar as asserções em pormenor de forma a avaliar os vários riscos de erros existentes em cada área a testar, assim como na execução de novos procedimentos de auditoria.

Segundo ISA 315 – *Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement through Understanding the Entity and its Environment*, as asserções são divididas em três categorias:

- a) Asserções relativas a classes de transacções e acontecimentos durante o período sob auditoria:
 - *Occurrence* – As transacções e os acontecimentos que estão registados ocorrem de facto e estão relacionados com a entidade.
 - *Completeness* – Todas as transacções e acontecimentos que deviam ter sido registados foram de facto registados.
 - *Accuracy* – Valores e outros dados relativos a transacções e acontecimentos registados foram apropriadamente registados.
 - *Cut-off* – As transacções e acontecimentos foram registados no período a que dizem respeito.
 - *Classification* – As transacções e acontecimentos foram registados nas contas próprias.

- b) Asserções relativas a saldos de contas no final do período:
 - *Existence* – Activos, Passivos e interesses no Capital Próprio existem de facto.
 - *Rights and obligations* – a entidade detém ou controla os direitos sobre os activos e os passivos são obrigações da entidade.
 - *Completeness* – Todos os activos, passivos e interesses no capital próprio que deviam ter sido registados foram de facto registados.

- *Valuation and Allocation* – Activos, passivos e interesses no capital próprio estão incluídos nas demonstrações financeiras por quantias apropriadas e quaisquer ajustamento resultante da valorização ou imputação estão apropriadamente registados.

c) Asserções relativas à apresentação e divulgação:

- *Occurrence and rights and obligations* – Acontecimentos, transacções e outros assuntos divulgados ocorreram e têm a ver com a entidade.
- *Completeness* – Todas as divulgações que deveriam ter sido incluídas nas demonstrações financeiras foram incluídas.
- *Classification and understandability* – a informação financeira está apresentada e descrita de forma apropriada e as divulgações estão claramente expressas.
- *Accuracy and valuation* – Informações financeiras e outras estão apropriadamente divulgadas e por quantias apropriadas.

Naturalmente, todas as asserções têm um papel importante no trabalho do auditor, no entanto, apenas irei explorar e aplicar na parte prática deste relatório aquelas que se relacionam com o trabalho de um assistente de auditoria financeira.

5. Prática de Auditoria e Procedimentos Efectuados

No decorrer do estágio, fui efectuando diversas actividades tentando, sempre, ir ao encontro dos objectivos traçados inicialmente. Estas tarefas foram-se diversificando e aprofundando, naturalmente, com o passar do tempo de Estágio.

Como assistente, tive um trabalho, essencialmente, de recolha de informação e análise da mesma junto do cliente, tentando analisar todas as contas e as respectivas especificidades.

Entrando propriamente no tema, a base de um processo de auditoria inicia-se com a entrega do Balancete Geral de uma Empresa. Este começa por ser tratado, seguido de uma análise mais atenta rubrica a rubrica. Mais tarde analisa-se o Balanço e depois a Demonstração de Resultados.

Iniciarei com a descrição do processo de circularização, sendo inerente a um grande número de contas e com elevada importância atribuída.

5.1. O controlo de circularização

A fase inicial do trabalho de campo de auditoria inicia-se com a circularização, sendo usados testes estatísticos/não estatísticos com o objectivo de circularizar a amostra representativa da população de modo a obter uma fonte de informação externa à Empresa a ser auditada.

Os testes referidos anteriormente, normalmente, são utilizados em Clientes, Fornecedores, Outros Devedores, Outros Credores. Relativamente a advogados, bancos, leasings, accionistas, empresas do grupo, estes são sempre circularizados na sua totalidade.

Obviamente nem todos os clientes serão circularizados, colocando-se a questão de como fazer essa escolha. O processo de selecção é obtido através de uma Ferramenta interna da *Deloitte*, o MUS, escolhendo os Clientes de maior saldo, sendo portanto seleccionados de acordo com o seu saldo. Posteriormente, além dos clientes seleccionados por esta técnica, deverão ser objecto de circularização outros clientes escolhidos de forma aleatória, com saldos antigos, com saldos credores, com o objectivo de testar também os procedimentos da empresa relativamente à generalidade dos clientes.

Já os Fornecedores são seleccionados pelo seu acumulado a crédito, pois a possibilidade de existirem passivos não contabilizados são mais prováveis em fornecedores com maior volume de transacções. Relativamente aos outros devedores, a sua selecção é feita da mesma forma que os clientes e os outros credores do mesmo modo que os fornecedores.

Após seleccionadas todas as entidades a circularizar, a Deloitte utiliza um quadro resumo designado por “Controlo de Circularização”, onde consta o saldo da entidade a ser circularizada, assim como um controlo interno que serve como referência quando recebidas as cartas, como exemplo, C1 – Cliente 1., a data a que respeita a circularização (exemplo, saldo a 30 de Novembro de 2010), a obtenção da resposta e algumas notas acrescentar, caso necessário. Com a realização do resumo, são enviadas as cartas aos destinatários aguardando-se as respectivas respostas (vide anexo 1).

Para cada um dos devedores objecto de circularização são enviados os seguintes documentos:

- Carta, pedindo a confirmação do saldo (vide anexo 2). Uma questão importante que se levanta, no caso dos clientes o saldo será enviado na carta, dado que a asserção que queremos atingir é *Existence*, no caso dos fornecedores este será enviado em branco, pois a asserção que queremos atingir é a de *Completeness*, ou seja não queremos confirmar o saldo que está registado mas sim todos os passivos que estão registados, sendo portanto inserido por este.
- No caso dos clientes será enviado o extracto, juntamente com a carta.
- Sobrescrito RSF (resposta sem franquia) dirigida ao auditor.

Após o envio das cartas, a equipa depara-se com três situações distintas: obter uma resposta concordante, obter uma resposta discordante, ou não obter resposta.

As respostas a estas cartas tornam-se fundamentais para a equipa de auditoria, de modo a poder ser realizada a conciliação de saldos entre a contabilidade do nosso cliente e a resposta recebida no exterior exteriormente.

O trabalho a desenvolver no caso de respostas concordantes limita-se a verificar se a resposta está devidamente assinada e se os valores na carta-resposta não foram viciados. Seguidamente tratei de arquivar num mapa de trabalho todas as respostas.

No caso de obtermos repostas de circularização discordantes, é necessário obter por parte do cliente a respectiva conciliação da conta. Os casos mais normais que surgem como conciliação são facturas em trânsito e pagamentos em trânsito.

Por fim, no caso de não obtenção de resposta dever-se-á insistir efectuando um segundo envio. Conforme foi referido anteriormente, a obtenção de uma prova externa é substancialmente mais importante que a obtenção de prova interna. Assim, no caso de não recebermos, efectivamente, a resposta são feitos procedimentos alternativos, consistindo na análise do extracto, de facturas, notas de crédito/débito, recebimentos e pagamentos subsequentes à data de circularização.

Importa ainda sublinhar o facto de no caso de ausência de resposta por parte dos Bancos a CLC, sem reservas, não poder ser emitida, pois o auditor não consegue obter prova suficiente que lhe permita conduzir quanto à inexistência de passivos omissos.

Concluindo, o processo de circularização é constituído pelas diferentes etapas mencionadas anteriormente, estando ligada às diferentes contas analisadas posteriormente.

5.2 Análise dos Meios Financeiros Líquidos

Ao analisar os Meios Financeiros Líquidos do Cliente, o auditor deve ter em conta as suas contas correspondentes, sendo que esta rubrica se subdivide em Caixa, Depósitos à Ordem, Outros Depósitos Bancários e Outros Instrumentos Financeiros.

Os riscos inerentes a esta área consistem no erro do montante de depósitos à ordem registado pela Empresa, na existência de itens de reconciliação que configurem erros na contabilidade e na existência de montantes não reconciliados pela Empresa, e ainda no erro de classificação de contas a receber, como exemplo, recebimentos não alocados ao saldo do respectivo cliente.

Assim, as asserções mais relevantes nesta área passam pela *Existence*, *Cut-off* e *Completeness*.

Os meios financeiros líquidos são, de todos os activos de uma empresa, os mais vulneráveis a ponto de serem objecto de utilização não apropriada por parte das pessoas que trabalhem na Empresa a ser auditada.

A nível geral as empresas apenas devem efectuar pequenos pagamentos em dinheiro, devendo os pagamentos normais a terceiros serem efectuados através de Bancos ou de cartões de débito e/ou de crédito.

Assim sendo, dever-se-á constituir um “fundo fixo de caixa” o qual deverá ser repostado periodicamente, como exemplo, no final de cada semana.

Nesta rubrica deverá ser efectuado um rigoroso controlo interno, uma vez que se deve garantir que existe um responsável pela manutenção da caixa e que, qualquer transacção que implique o seu movimento se faz após prévia autorização.

Inicialmente, os procedimentos adoptados na análise da movimentação da rubrica caixa passam por identificar possíveis lançamentos pouco correntes, investigando as razões para a verificação dos mesmos. Importa assim verificar o saldo de caixa que realmente existe, o saldo de caixa que se encontra registado na contabilidade do cliente, assim como o registo adequado das operações, através de folha de caixa e respectivos comprovativos. Nesta análise dever-se-á ter em conta não só os meios monetários, mas também os cheques e vales em caixa.

O procedimento de auditoria a realizar na Conta de Caixa será uma inspecção física, sendo efectuada de surpresa, aos valores existentes em caixa, sendo efectuada na presença dos respectivos responsáveis.

A data do procedimento descrito anteriormente normalmente é efectuado num trabalho preliminar, caso a empresa tenha adoptado o “fundo fixo de caixa”, sendo neste caso encontradas diferenças imateriais.

Caso a empresa não tenha implementado o referido sistema de fundo fixo, torna-se necessário adoptar uma inspecção física no final do dia a que se referem as demonstrações financeiras.

Numa empresa em que estive a auditar, aconteceu deparar-me com um montante bastante elevado na rubrica de caixa 113- Caixa cheques, o que fiz foi obter o extracto subsequente do banco e confirmar se estes cheques tinham sido efectivamente descontados no mês seguintes, tendo sido descontados.

O procedimento de auditoria mais importante a realizar na rubrica de depósitos bancários consiste na confirmação dos saldos junto das instituições de crédito relativamente aos depósitos bancários e outros activos financeiros. A data de confirmação destes saldos deverá ser referente às demonstrações financeiras, normalmente 31 de Dezembro.

Após o recebimento da carta do banco, começamos por verificar se os valores segundo o extracto bancário coincidem com os valores registados na contabilidade da empresa. De forma a garantir que estas diferenças são itens de reconciliação válida são então pedidas as reconciliações. A validade dos itens em reconciliação, normalmente, valida-se com a análise de extracto bancário subsequente.

Nos vários testes de reconciliações bancárias que realizei, quando o saldo do Banco não coincidia com o saldo da Empresa, normalmente, estava relacionado com cheques em trânsito, confirmando com extracto subsequente em como tinham sido descontados no mês seguinte (vide anexo 3).

Outros procedimentos, igualmente importantes, e que garantem que todas as responsabilidades estão registadas ou divulgadas nas contas, traduz-se na análise da resposta emitida pelo Banco, ou seja, o auditor deve garantir que tudo o que o Banco informa está adequadamente registado ou divulgado.

Assim, após feita a auditoria na rubrica de Meios financeiros líquidos os seus saldos correspondentes estão adequadamente mensurados e apresentados no Balanço de acordo com o normativo contabilístico aplicável. As informações correspondentes a esta área são divulgadas no Anexo.

5.3 – Análise de Bens e de Serviços, Pessoal e Dívidas a pagar

A análise das compras e das contas a pagar deverá ser feita conjuntamente, pois uma grande parte das contas a pagar provem das compras efectuadas pela Empresa. Assim sendo, dado o volume elevado de transacções existentes nesta rubrica, o registo adequado de compras e contas a pagar deverá ter uma atenção especial por parte do auditor. Relativamente à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos será importante dar atenção ao facto de muitas vezes a despesa só ser registada após a utilização do serviço.

As principais contas de 1º grau do SNC que têm a ver com esta área são as seguintes:

- 31 – Compras
- 62 – Fornecimentos e Serviços Externos
- 63 – Gastos com Pessoal
- 22 – Fornecedores
- 23 – Pessoal
- 25 – Financiamentos obtidos
- 69 – Gastos e perdas de financiamento

O meu trabalho como assistente relativo a Compras de bens e de serviços, Pessoal e Dívidas a pagar assentou essencialmente na rubrica de FSE e de Fornecedores.

No caso dos Fornecedores o principal risco assenta no erro do registo das responsabilidades para com os fornecedores e outros credores, sendo a asserção *Completeness*. Relativamente aos FSE's o principal risco consiste no erro do registo de facturas de serviços recebidas e no erro da não captação dos montantes de serviços ainda não facturados, estando presente nesta área a asserção *Occurrence, Cut-off, Accuracy e Completeness*.

Relativamente aos Fornecedores, após a análise do Balancete correspondente aos Fornecedores são seleccionados aqueles sujeitos a confirmação de saldos, conforme referi anteriormente no processo de circularização. Normalmente, esta confirmação de saldos é efectuada com referência à data a que se referem as demonstrações financeiras.

O principal objectivo pelo qual se faz a confirmação de saldos de fornecedores consiste em confirmar se todos os passivos resultantes de transacções correntes (ou não) existentes ou incorridos à data das demonstrações financeiras estão reflectidos e expressos no balanço pelos

seus valores apropriados. Nesta análise procura-se assegurar a asserção de *Completeness*, garantindo que todos os passivos se encontram correctamente registados. Neste seguimento, as cartas enviadas aos fornecedores vão com o saldo em aberto, não devendo os saldos constantes na empresa ser inscritos nas cartas a enviar.

Nas empresas em que fiz auditoria, apercebi-me que a probabilidade de existirem passivos não contabilizados será maior nos fornecedores com maior volume de facturação, ou seja, mais antigos, sendo seleccionados os fornecedores com valores mais elevados na coluna dos movimentos acumulados a crédito. Assim sendo, mesmo no caso de um fornecedor apresentar saldo nulo ou devedor este poderá ser objecto de circularização.

É importante referir que a confirmação de fornecedores coincida com a data a que se efectuam as contagens físicas dos inventários, abordadas no próximo ponto, de modo a garantir o *cut-off* (corte de operações).

Na experiência que obtive, muitas das vezes os saldos não coincidem sendo necessário obter o extracto da empresa que está a ser auditada e do fornecedor de modo a perceber onde reside a diferença de saldos, através da sua comparação chega-se ao lançamento ou lançamentos que justificam esta diferença. Na grande parte dos casos, estas diferenças acontecem pela existência de facturas contabilizadas na contabilidade do fornecedor e que ainda não estão na contabilidade do cliente, ou pagamentos que a empresa regista mas só mais tarde são registados como recebimentos no fornecedor.

Por vezes estas diferenças complicam-se, não sendo, portanto, possível encontrar o porque de tal diferença, indiciando que existe um possível ajustamento à conta, implicando que o auditor planeie testes adicionais para concluir quanto à validade dos itens em reconciliação.

Relativamente aos FSE's, estes registam-se a débito, um conjunto de operações relativas à aquisição de bens de consumo imediato e custos pagos ou a pagar a terceiros por serviços prestados à empresa, como exemplo, Subcontratos, Trabalhos Especializados, Transportes de Mercadorias, Conservação e Reparação, etc.

A análise de FSE's é uma análise que se baseia principalmente em testes de revisão analítica. A selecção dos itens a analisar, visto ser uma rubrica bastante extensa, é efectuada com base na materialidade e relevância de cada uma subconta tendo em conta o negócio do cliente.

Inicialmente são analisadas as variações de um período para o outro quer em termos absolutos quer em termos relativos, com base no ano transacto. Convém sublinhar que a evolução da rubrica FSE's está directamente associada à evolução da actividade da Empresa, pelo que numa primeira abordagem deve sempre comparar-se a variação do total dos FSE's com a variação da rubrica de vendas.

Tratando-se de uma rubrica tão extensa, não se justificaria uma análise detalhada a todas as subrubricas da conta. Como tal, é calculado o peso de cada subrubrica no total dos FSE's. Seguidamente o threshold é calculado e todas as diferenças encontradas acima deste valor são detalhadamente analisadas (vide anexo 4).

As rubricas são normalmente analisadas de acordo com os valores materiais detectados e com a verificação de documentos de suporte, procurando sempre identificar a correcta contabilização de custos. Os erros mais comuns nestas rubricas, conforme referido anteriormente, consistem no registo de facturas de serviços recebidas.

No caso da rubrica de Rendas e Alugueres, esta não será analisada com base na selecção dos valores mais representativos mas sim com base em testes preditivos, isto é, verificando se o valor de cada uma das rendas se repete todos os meses. É importante, ainda, solicitar ao cliente o contrato de cada uma das rendas de modo a perceber se se trata de uma renda mensal, trimestral, semestral ou anual, confirmando se esta se repete em todos os períodos correspondentes. É importante ter em atenção o facto de esta rubrica apenas incluir terrenos, edificios e equipamento, sendo incluído por vezes, erradamente, locações financeiras que correspondem a financiamentos obtidos para compra de investimento.

Ainda relativamente às Rendas, é normal encontrar na contabilidade das Empresas que auditei o registo da renda correspondente a Janeiro do ano corrente no ano anterior, não estando, portanto, correctamente contabilizadas, não respeitando o Princípio de especialização.

Uma outra rubrica que levanta vários problemas é a rubrica correspondente a Seguros, analisando o período a que respeita e verificando se não inclui seguros ligados a pessoal, sendo uma contabilização errada.

Relativamente à subconta de Honorários, torna-se importante verificar se estes se repetem ao longo do período, sendo o mais normal. Esta subconta engloba os advogados, auditores, entre outros. Na sua análise é importante verificar se os recibos verdes se encontram preenchidos na sua totalidade.

No caso da subconta Ferramentas e Utensílios, esta corresponde a materiais de rápido desgaste, pelo que materiais que excedam o período do ano deverão ser contabilizados na rubrica de Imobilizado.

A subrubrica Conservação e Reparação engloba contratos de assistência técnica, conservação e reparação do activo imobilizado, sendo portanto, serviços e fornecimentos (peças, acessórios e materiais diversos) para conservação e reparação correntes de máquinas, viaturas, edifícios e outros bens imobilizados.

Resumidamente, todas estas rubricas apresentam características muito próprias, sendo necessário ter sempre presente um conjunto de particularidades, associando sempre à actividade da Empresa.

5.4 A análise de Existências

Durante o meu período de estágio tive a oportunidade de realizar inventários dentro das mais diversas áreas. Desde a contagem de pedreiras, cimenteiras, gráficas, lojas de roupa, sistemas eléctricos. Assim sendo, a natureza e o objectivo do trabalho difere bastante de área para área. A variedade de cada produto difere bastante e o valor que compete a cada uma delas nem sempre facilita.

Uma dificuldade que encontrei foi o facto de certas áreas de negócio ser impossível saber a verdadeira quantidade de stock existente, como é o caso das pedreiras. No entanto, procurei

sempre perceber o método usado na contagem em que acompanhei e verificar se aquilo que estava a ser efectuado tinha sentido e valorização, garantindo sempre que era o método mais correcto a usar. Nos diferentes inventários efectuados, tive situações em que a Empresa parou a sua actividade para a realização do inventário como tive casos em que o cliente teve continuidade no seu processo de actividade.

A actividade do auditor relativamente às contagens físicas dos inventários consiste em observar os procedimentos seguidos pela empresa na contagem e no registo das quantidades, garantindo que os procedimentos adoptados são válidos. No entanto, o auditor está fora da responsabilidade e realização das contagens físicas, cabendo sim, à administração do cliente.

Algumas empresas adoptam pelos inventários mensais dos seus stocks, tendo uma noção mais exacta dos seus produtos, existindo no final do ano um menor número de ajustes. Assim, no caso de existir um acompanhamento mais próximo implicará uma minimização de erros e um trabalho final mais eficaz.

De seguida irei descrever uma contagem física de stock no qual representei a equipa da *Deloitte*. Tentarei descrever os procedimentos gerais adoptados, sendo inerentes a um processo de contagem de stock.

O cliente tinha como área de negócio a venda de artigos de desporto, no qual a contagem física incidiu sobre os produtos de maior valor. Antes das contagens li o Memo realizado no ano anterior de modo a ficar mais esclarecida do negócio. A data, hora e local foram marcados pelo sénior do trabalho.

Chegando ao cliente foi-me entregue a listagem com o código interno do produto, o código de barras, a descrição, a quantidade existente e respectiva valorização, que iria ser utilizada na contagem física, na qual escolhi os produtos a serem contados de forma a cobrir uma taxa de cobertura elevada de produtos.

A contagem foi feita por um trabalhador que era o contador dos produtos, enquanto o responsável da contabilidade ia assinalando as quantidades na sua listagem. Eu ia assistindo e

assinalando na minha listagem de modo a garantir que no final não existiam diferenças entre a equipa *Deloitte* e a Empresa.

A contagem foi realizada peça a peça, confirmando o código de barras com a listagem que usávamos. No final da contagem dirigimo-nos ao escritório no qual confrontamos os valores de modo a não existir diferenças entre os vários participantes da contagem física. De seguida, foi actualizado o sistema usado com os valores correctos da contagem, sendo-me entregue um comprovativo do mesmo.

Por fim, pedi aos responsáveis da Empresa para assinar a listagem usada, de modo a guardar a prova das contagem e por fim pedi as cinco ultimas entradas e saídas de mercadorias, assim como, as cinco primeiras entradas e saídas de mercadorias de modo a garantir o “corte de operações”.

Como a grande parte dos inventários é realizado durante um período de actividade, existem determinados acontecimentos que podem falsear a contagem e distorcer os resultados e a posição financeira da empresa. Como tal, são pedidos os cinco documentos mencionados anteriormente de modo a garantir que os artigos recebidos pelos fornecedores antes da data da contagem foram incluídos na contagem, que os artigos contabilizados à data da contagem e ainda em trânsito não fugiram às contagens, no caso de vendas contabilizadas antes da data da contagem mas cujos artigos ainda foram incluídos na contagem, sendo pedidas as cinco primeiras e ultimas guias de entrada e saída.

Após a contagem física, foi-me pedido um relatório escrito no qual deveria discriminar:

- Data, local e hora da contagem física.
- O método utilizado para a selecção da amostra.
- Pessoas envolvidas na contagem
- Principais procedimentos de contagem adoptados pela Empresa.
- Principais procedimentos de contagem adoptados pela equipa da *Deloitte*.
- Identificação dos itens contados (assegurar que é colocada toda a informação necessária para a comparação posterior com os registos contabilísticos), nomeadamente:

- Código/ Referencia, quantidade por equipa Deloitte, quantidade por Empresa, diferenças, justificação da diferença.
 - Modo de acondicionamento dos artigos.
- Conclusão:
- Sobre os procedimentos da Empresa e itens contados.
 - Identificação de oportunidades de melhoria dos procedimentos de contagem.
 - Identificação de excepções detectadas (diferenças, itens obsoletos, danificados, problemas de cut-off).

Por fim é realizado uma análise em que são apuradas as diferenças entre as quantidades verificadas e as registadas em stock, pedindo explicação para as diferenças encontradas (vide anexo 5).

Assim, o erro mais comum nos inventários consiste no corte de operações entre o momento de transferências de propriedade do produto e o correcto registo contabilístico da saída de armazém, estando presentes as seguintes asserções: *Existence, Rights and obligations, Valudation and Allocation e Cut-off*.

5.5 Análise de Investimentos e Financiamentos

A rubrica de Investimentos e Financiamentos engloba os Activos Corpóreos e Incorpóreos e ainda os Investimentos em curso.

Os testes aos Investimentos e Financiamentos que tive oportunidade de realizar nos clientes em que estive foram sempre efectuados com base numa auditoria continuada, partindo sempre de uma comparação de valores entre o período anterior e o exercício em análise (vide anexo 6). Esta comparação, entre os vários períodos, é muitas vezes influenciada pelo conhecimento que o auditor tem do negócio, através das opiniões e expectativas que possa ter criado, pelo que questioneei o sénior do trabalho sobre assuntos relacionados com o negócio do cliente sempre que necessário.

Os riscos inerentes a esta área assentam, essencialmente, na capitalização de dispêndios não elegíveis como tal, assim como no conhecimento de Activos que, à data de fecho de contas, já não são detidos pela Empresa (pelo simples facto de terem sido abatidos ou alienados). Neste sentido, temos como objectivo testar esta rubrica de modo a mitigar, essencialmente, as asserções de *Existence, Rights e Obligations*.

Segundo a NCRF 7, Activos Fixos Tangíveis, um activo é reconhecido como um activo se, e se apenas se for provável que benefícios económicos futuros associados ao activo fluirão para a Entidade e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade, sendo sempre usados com mais de um ano.

Seguidamente, torna-se importante verificar os títulos de propriedade da empresa de forma a perceber se existem acréscimos ao imobilizado, ou, pelo contrário, se alguns deles deixaram de pertencer à Empresa. Normalmente, as empresas entregam um documento no qual especificam as suas alterações no imobilizado, facilitando o trabalho do auditor.

Relativamente às aquisições de activos fixos tangíveis realizadas no ano, optamos por seleccionar alguns itens por julgamento profissional (valores materialmente aceites), fazendo de seguida uma análise de modo a verificar se a sua compra foi devidamente autorizada. Torna-se indispensável verificar se estas aquisições consideradas, além de serem devidamente capitalizáveis, sendo contabilisticamente classificadas como um investimento, dizem respeito a itens relacionados com a actividade normal da empresa, se existem fisicamente e se estão efectivamente operacionais.

No caso dos abates e alienações realizados no ano, verificamos se os mesmos foram devidamente efectuados, analisando os seus documentos suporte, sendo que no caso dos abates foram pedidos sempre os seus autos de abate. Em caso de mais ou menos valias verificamos o seu correcto cálculo e classificação contabilística.

Importa sublinhar o facto de muitas vezes a análise do imobilizado ser acompanhada pelas inspecções físicas, de modo a perceber se algum abate não foi contabilisticamente registado, tentando sempre esclarecer estes assuntos com funcionários fabris.

Um ponto que merece especial atenção pela parte da equipa de auditoria passa pela análise das amortizações do exercício, em que estas têm de ser consistentes e fazer sentido face ao exercício anterior.

No que se refere aos Investimentos em curso, importa inspeccionar se estão realmente em curso, analisando detalhadamente os registos mantidos pela empresa relativamente a facturas dos fornecedores, dos materiais utilizados, guias de saída de armazém e ao número de horas utilizadas de mão-de-obra, pois normalmente, este activo já deveria estar a ser depreciado mas a empresa ainda o mantém em curso. Aquando da conclusão da obra em curso, a sua transferência para a respectiva conta do activo fixo tangível merece uma especial atenção, pois existem casos em que o saldo transferido excede o respectivo preço de mercado, sendo necessário reconhecer a imparidade.

Relativamente à análise do financiamento, não foi uma área abordada por mim visto ser uma zona que necessita de uma grande relevância de conhecimento da evolução do negócio do cliente e do seu historial.

No final do trabalho desta área preocupei-me em concluir se efectivamente os saldos das contas dos Activos fixos tangíveis estavam representados por todos os bens que fazem parte da propriedade da Empresa e que estes estavam associados à sua actividade.

5.6. Contas a receber e a pagar

5.6.1. Teste ao Pessoal

Neste teste importa verificar se os Custos com o Pessoal se encontram sobreavaliados, sendo elaborado com base no processamento salarial. Assim, validámos os Custos com o Pessoal através de estimativas anuais às Remunerações, Remunerações a Liquidar, Subsídio de Almoço e os Encargos sobre as Remunerações.

Nestas rubricas, os erros mais comuns que encontrei ao acompanhar a equipa de auditoria nas várias empresas consistiam no erro da captação dos dados dos Recursos Humanos da

Empresa, assim como no erro do cálculo da estimativa de remuneração a liquidar. Como tal, tínhamos sempre presentes o risco de erro na captação dos dados dos Recursos Humanos e o erro no cálculo da estimativa de remunerações a liquidar, correspondendo às asserções de *Occurrence*, *Cutoff* e *Accuracy*.

O trabalho efectuado consistiu em testes de razoabilidade (*Analytical Review*) referentes à Despesa Média Mensal, encargos com a Segurança Social e estimativa de férias e Subsídio de Férias e de Natal. Como exemplo para a explicação do estudo efectuado, numa empresa em que tive oportunidade de proceder a este tipo de análise, a auditoria estava a ser feita referente ao mês de Dezembro de 2010 o número de meses a ter em conta em P\L eram os seguintes:

- 11 Meses de remunerações
- 3 Meses (em que um deles correspondente a 1 mês de férias, o seguinte ao subsídio de férias e por fim ao subsídio de Natal).

Pelo que os meses 11+1 teriam de estar registados na conta #631 – Remunerações dos Órgãos Sociais, ou na conta #642 – Remunerações do pessoal, conforme o caso. Relativamente aos outros 2 meses (mês de férias e subsídio de férias) teria de garantir que estes estavam correctamente registados na conta #27 – Acréscimos de Custos.

Resumindo, na minha análise teria de ter o registo correcto nas seguintes contas,

#63 – Remunerações ao Pessoal

11 Meses de vencimento correspondentes ao ano N e pagos em N.

1 Mês de férias correspondente ao ano N, mês a pagar em N+1

1 Mês de Subsídio de Férias correspondente ao ano N, mês a pagar em N+1

1 Mês de Subsídio de Natal correspondente ao ano N e pago em N

#27 – Acréscimos de Custos

1 Mês de Férias, correspondente ao ano N, mês a pagar em N+1

1 Mês de Subsídio de Férias, correspondente ao ano N, mês a pagar em N+1

Noutra auditoria que acompanhei, a visita da equipa de auditoria à Empresa decorreu no início do mês de Dezembro, como tal a análise das contas foi efectuada a Novembro. Assim, para o cálculo do número de meses existentes em P/L efectuamos o seguinte raciocínio $10+(3/12)*11 = 12,75$, em que os 10 meses correspondiam aos meses de vencimento, o 3 de Férias, Subsídio de Férias e de Natal a multiplicar pelos 11 meses (Janeiro a Novembro), tendo a Empresa de registar na sua contabilidade os 12,75 meses.

Assim, partindo dos mapas de processamento salarial foi estimado pela equipa *Deloitte*, nos dois casos anteriores, um valor para o total das remunerações a pagar até ao final de Novembro e ao final de Dezembro de 2010, sendo posteriormente comparado com o evidenciado na contabilidade da Empresa, em que nos dois casos a diferença foi abaixo do threshold, sendo portanto aceite.

5.6.2 Estado e Outros Entes Públicos

No trabalho que realizei como assistente, tive oportunidade de realizar testes à rubrica de Estado e Outros entes Públicos. Segundo o SNC, nesta conta registam-se as relações com o Estado, Autarquias Locais e outros entes públicos que tenham características de imposto e taxas.

Assim, esta conta é creditada pelas dívidas da empresa ao Estado, Autarquias Locais e Segurança Social, sendo debitada pelo pagamento dessas dívidas, ou seja, o saldo credor é representativo das dívidas da empresa às entidades estatais, enquanto o saldo devedor evidencia valores que possam ser recuperados da empresa. Com este facto, esta conta poderá apresentar no balanço da empresa registos no Activo, saldo devedor, e registos no passivo, saldo credor.

Como assistente, apenas testei a parte do passivo, sendo áreas com menor risco. No entanto, torna-se importante verificar se todas as e acontecimentos estão devidamente registados, estando subjacente a esta asserção de *Completeness*. Como tal, garanti sempre o possível risco de

erro no reconhecimento dos montantes a pagar ao Estado, efectuando teste ao PEC, PC, IRS e TSU.

Relativamente à conta **#241 – Imposto sobre o rendimento** realizei testes ao PEC e ao PC, sendo necessário obter por parte da Empresa as suas guias e comprovativos de pagamento. A utilização desta conta decorre da aplicação do art. 97º e 98º do CIRC, em que este determina que o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) incida sobre os rendimentos obtidos durante o período de tributação pelos respectivos sujeitos passivos. Destes fazem parte, as sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, as cooperativas, as empresas públicas e as demais pessoas colectivas de direito público ou privado, com sede ou direcção efectiva em território Português.

O valor que a Empresa terá de entregar ao Estado resulta do valor apurado, estando as taxas previstas no art.º 87 do Código do IRC. Assim, esta conta debita-se pelas entregas ao Estado por conta do imposto (pagamentos por conta e retenção na fonte) e credita-se pelo imposto liquidado no fim do exercício. O saldo devedor indica que a empresa terá imposto a recuperar, caso contrário, imposto a pagar.

De salientar, numa análise de auditoria é fundamental que os elementos constantes na declaração periódica de rendimento, Modelo 22, concordem correctamente com os registados na contabilidade da empresa.

No caso do Pagamento por Conta este será pago em três prestações, tendo como prazos limite Julho, Setembro e Dezembro, sendo cruzados com as guias de pagamento de IRC – Modelo P1, em que verifiquei sempre se estavam dentro do prazo limite de pagamento.

Para completar a validação da rubrica relativa a Imposto sobre o rendimento, falta salientar a conta **#2412 – Pagamentos por conta**. Esta conta evidencia os pagamentos por conta efectuados nos termos do art. 98ª do código do IRC. Primeiramente, os pagamentos por conta a realizar num determinado exercício são determinados com base na colecta do exercício do ano anterior, deduzido nas retenções na fonte. Desta forma, o trabalho a realizar foi com base no Modelo 22.

Segundo o artigo referido anteriormente, sem prejuízo dos pagamentos por conta, os sujeitos passivos ficam obrigados a um pagamento especial por conta, a efectuar durante o mês de Março ou em duas prestações, Março e Outubro do ano a que respeita. O seu cálculo consiste na diferença entre o valor correspondente a 1% do respectivo volume de negócios (calculado com base na soma do valor das Vendas e Prestações de Serviços), com limite mínimo de 1000€ e limite máximo de 70000€, e o montante dos pagamentos por conta efectuados no ano anterior.

Na conta **#242 Retenção de impostos sobre o rendimento** tive como principal objectivo me certificar que a empresa efectuou o correcto pagamento do IRS. Como tal obtive a guia correspondente ao fecho de contas, normalmente Dezembro, certificando-me sempre que este estava a cruzar para a contabilidade e se o pagamento tinha sido realizado dentro dos prazos correctos.

Na conta **#243 Imposto sobre Valor Acrescentado** é registado o pagamento do IVA, este sendo pago mensalmente pela empresa, sendo necessário pedir as declarações mensais e verificar se estas cruzam para a contabilidade, assim como garantir que estão dentro dos prazos legais, caso contrário, seria necessário reportar as excepções encontradas.

Relativamente à conta **#245 Contribuições para a Segurança Social** esta credita-se pelas deduções para a Segurança Social respectivas às remunerações pagas ao pessoal por contrapartida das contas relativas a Custos com Pessoal/Órgãos Sociais e pelas contribuições da empresa para a Segurança Social.

Por outro lado, é debitada pelo pagamento das contribuições para a Segurança Social e pela anulação ou correcção das deduções para a Segurança Social nas remunerações pagas ao pessoal assim como nas contribuições da empresa.

A análise prática que realizei consistiu na verificação das declarações das contribuições para a Segurança Social. Tendo prazo legal de entrega até ao dia 15 do mês seguinte aquelas a que estão devidas verificaram as datas de pagamento destas através dos extractos bancários da empresa.

A análise da conta referente a Estado e Outros Entes Públicos revelou-se bastante importante no sentido de verificar o modo de aplicação de uma série de regulamentos sob os quais se seguem as actividades contributivas das empresas. No trabalho de auditoria nesta análise é importante a certificação do cumprimento na íntegra desses mesmos regulamentos por parte das empresas, nomeadamente, garantindo que o Estado não está a ser lesado e que todos os procedimentos legais estão a ser cumpridos.

6 – Conclusão

A concretização do estágio curricular numa empresa como a *Deloitte* revelou-se uma experiência extremamente enriquecedora para mim, a nível pessoal e profissional.

Este relatório é o culminar de um percurso de muito trabalho, mas também de muita aprendizagem. O trabalho desenvolvido ao longo destas 16 semanas foi uma forma de consolidar conceitos importantes, tendo-se revelado uma escola de formação. O espírito de equipa foi fundamental para ultrapassar as dificuldades sentidas ao longo deste período. Em todos os momentos percebi que tinha sempre alguém pronto a ajudar e a solucionar as minhas dúvidas e problemas, concluindo que um bom trabalho de equipa resulta num excelente resultado final.

Este estágio permitiu-me tomar o primeiro contacto com o mundo do trabalho, tendo oportunidade de conhecer diferentes realidades empresariais portuguesas e internacionais.

Em conclusão, na área de intervenção da circularização, importa sublinhar a sua importância dada a possibilidade da obtenção de uma prova externa, sendo um factor importantíssimo para a conclusão de qualquer auditoria.

Na área dos meios financeiros líquidos, as reconciliações possibilitam esclarecer se tudo o que a resposta do banco nos diz está efectivamente registado e evidenciado por parte da empresa, garantindo, portanto, a inexistência de passivos omissos na sua contabilidade.

Na análise de Bens e Serviços, importa garantir que a despesa é efectivamente registada no seu período correcto, sendo que muitas vezes esta é apenas registada após a utilização do serviço.

Relativamente às existências, as contagens têm regras e normas a serem cumpridas de forma a garantir a sua existência real no final do ano.

Na análise dos investimentos e financiamentos, o auditor deverá ter como principal atenção a capitalização de dispêndios não elegíveis como tal, e no conhecimento de activos, que a 31 de Dezembro, podem já não ser detidos pela empresa, por motivos de abate ou alienação.

Nos custos a receber e a pagar importa garantir que a empresa tem todos os seus deveres perante o Estado cumpridos, sem qualquer responsabilidade em atraso.

Apesar de considerar que os objectivos a que me propus foram devidamente alcançados, reconheço que ainda se encontra por adquirir muita parte técnica e maior confiança no trabalho de auditoria. Para tal, fica a continuação de laboração na entidade de acolhimento com a expectativa de uma continuação de aprendizagem e realização profissional.

Em suma, o presente relatório expõe de forma clara e concisa o trabalho de um assistente numa equipa de auditoria, apresentando os diferentes procedimentos a seguir junto de uma grande equipa de profissionais e tendo em vista alcançar os objectivos que me foram propostos no início do estágio, com profissionalismo e competência.

Referências

COSTA, Carlos Baptista (2010) *Auditoria Financeira – Teoria e Prática*, Lisboa, Rei dos Livros.

RODRIGUES, João (2009) *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*, Porto, Porto Editora.

MANUAL DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (2010).

DELOITTE, Materiais Fornecidos pela Deloitte (2010).

NABAIS, Carlos (1993) *Noções Práticas de Auditoria*, Lisboa, Editorial Presença Lda.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha (1998) *Auditoria Fiscal*, Porto, EDICONTA – Editora da Revista de Contabilidade, Lda.

Anexos

Anexo 1 – Controlo de circularização

	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T		
1	CIMPOR INDUSTRIA																				
2	CIMPOR INDUSTRIA																				
3	CIMPOR INDUSTRIA																				
4	CIMPOR INDUSTRIA																				
5	CIMPOR INDUSTRIA																				
6	CIMPOR INDUSTRIA																				
7	CIMPOR INDUSTRIA																				
8	CIMPOR INDUSTRIA																				
9	CIMPOR INDUSTRIA																				
10	CIMPOR INDUSTRIA																				
11	CIMPOR INDUSTRIA																				
12	CIMPOR INDUSTRIA																				
13	CIMPOR INDUSTRIA																				
14	CIMPOR INDUSTRIA																				
15	CIMPOR INDUSTRIA																				
16	CIMPOR INDUSTRIA																				
17	CIMPOR INDUSTRIA																				
18	CIMPOR INDUSTRIA																				
19	CIMPOR INDUSTRIA																				
20	CIMPOR INDUSTRIA																				
21	CIMPOR INDUSTRIA																				
22	CIMPOR INDUSTRIA																				
23	CIMPOR INDUSTRIA																				
24	CIMPOR INDUSTRIA																				
25	CIMPOR INDUSTRIA																				
26	CIMPOR INDUSTRIA																				
27	CIMPOR INDUSTRIA																				
28	CIMPOR INDUSTRIA																				
29	CIMPOR INDUSTRIA																				
30	CIMPOR INDUSTRIA																				
31	CIMPOR INDUSTRIA																				
32	CIMPOR INDUSTRIA																				
33	CIMPOR INDUSTRIA																				
34	CIMPOR INDUSTRIA																				
35	CIMPOR INDUSTRIA																				
36	CIMPOR INDUSTRIA																				
	 Tipo de	 Conta	 Entidade	 Saldo	 Data	 Tipo de Carta	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data	 Data		
	 Confirmação				 Circularização		 1º Envio	 2º Envio	 Recebido?	 Resposta											
5	Advogados																				
6	A.1	n.a.			31-12-2010	Advogado Interno / Advogado Externo	27-Dez		sim												
7	A.2	n.a.			31-12-2010	Advogado Interno / Advogado Externo	27-Dez		sim												sim
8	A.3	n.a.			31-12-2010	Advogado Interno / Advogado Externo	27-Dez		sim												
9	A.4	n.a.			31-12-2010	Advogado Interno / Advogado Externo	27-Dez		sim												
10	A.5	n.a.			31-12-2010	Advogado Interno / Advogado Externo	27-Dez		sim												
11	A.6	n.a.			31-12-2010	Advogado Interno / Advogado Externo	27-Dez		sim												
12	A.7	n.a.			31-12-2010	Advogado Interno / Advogado Externo	27-Dez		sim												
13																					
14																					
15	Seguradoras																				
16	S.1	n.a.			31-12-2010	Seguradoras	27-Dez		sim												
17	S.2	n.a.			31-12-2010	Seguradoras	27-Dez		sim												
18	S.3	n.a.			31-12-2010	Seguradoras	27-Dez		sim												
19	S.4	n.a.			31-12-2010	Seguradoras	27-Dez		sim												
20	S.5	n.a.			31-12-2010	Seguradoras	27-Dez		sim												
21	S.6	n.a.			31-12-2010	Seguradoras	27-Dez		sim												
22	S.7	n.a.			31-12-2010	Seguradoras	27-Dez		sim												
23																					
24																					
25	Leasings																				
26	L.1	n.a.			31-12-2010	Leasing	27-Dez		sim												
27	L.2	n.a.			31-12-2010	Leasing	27-Dez		sim												
28	L.3	n.a.			31-12-2010	Leasing	27-Dez		sim												
29																					
30																					
31	Bancos																				
32	B.1	n.a.			31-12-2010	Bancos	Enviado 27/12		sim												
33	B.2	n.a.			31-12-2010	Bancos	Enviado 27/12		sim												
34	B.3	n.a.			31-12-2010	Bancos	Enviado 27/12		sim												
35	B.4	n.a.			31-12-2010	Bancos	Enviado 27/12		sim												
36	B.5	n.a.			31-12-2010	Bancos	Enviado 27/12		sim												

Anexo 2 – Modelo das Cartas de circularização

Cientes Nacionais

(Nome)

(Morada)

(Código)

_____, ____ de _____ de 2010

Assunto : Auditoria

Exmos. Senhores,

Os nossos auditores, Deloitte & Associados, SROC S.A., estão a proceder, a nosso pedido, ao Exame/Auditoria das nossas demonstrações financeiras. Por este motivo, solicitamos que V.Exas. lhes indiquem se estão de acordo com os saldos das vossas contas, em **31 de Dezembro de 2010**, os quais, pelos nossos livros, apresentavam os seguintes valores, de acordo com a composição que junto enviamos:

C/Corrente	Euros	_____
C/Letras	Euros	_____
Outros	Euros	_____
TOTAL	Euros	_____

Se os saldos acima indicados estão de acordo com os vossos registos, agradeceríamos que V.Exas. assinassem e enviassem o impresso de confirmação que junto lhes remetemos, e que o enviassem directamente para os nossos auditores:

Deloitte & Associados, SROC S.A.

utilizando para o efeito o envelope “RSF” devidamente endereçado que também lhes remetemos ou alternativamente através de fax.

(a)

Devemos informar V.Exas. que esta carta não é um pedido de pagamento e que, pelo facto de concordar com o saldo por nós apresentado, não se exclui a possibilidade de que, posteriormente àquela data, o referido saldo esteja parcial ou totalmente liquidado.

No caso de não concordarem com os saldos acima apresentados, pedimos a V.Exas. que, no impresso que serve para a confirmação, forneçam todas as informações que julguem necessárias, para permitir a identificação das diferenças existentes.

Agradecendo antecipadamente a vossa colaboração bem como a brevidade da vossa resposta, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração,

De V. Exas.

Atentamente,

(Nome da Empresa)

(Nome de quem assina)

(Função de quem assina)

Fornecedores Nacionais

(Nome)

(Morada)

(Código)

_____, ____ de _____ de 2010

Assunto: Auditoria

Exmos. Senhores,

Os nossos auditores, Deloitte & Associados, SROC, S.A., estão a proceder, a nosso pedido, ao Exame/Auditoria das nossas demonstrações financeiras. Por este motivo, solicitamos que V.Exas. se dignem informar-lhes o saldo da nossa conta à data de **31 de Dezembro de 2010**.

Para o efeito. V.Exas. deverão indicar o saldo a vosso favor e a sua discriminação como segue:

DATA	Nº DO DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	MONTANTE

É extremamente importante para os nossos auditores que V.Exas. indiquem o saldo em conta corrente bem como o valor de letras descontadas que por esse facto possam ter sido deduzidas em conta.

Mais se solicita a V.Exas. informarem os nossos auditores sobre a existência ou não de quaisquer outras responsabilidades, contingências, contratos-promessa ou outras operações pendentes à referida data.

Solicitando o envio da vossa resposta directamente para os nossos auditores:

Deloitte & Associados, SROC S.A.

utilizando para o efeito o envelope devidamente endereçado e selado que lhes remetemos, ou alternativamente através de fax.

Agradecendo antecipadamente a vossa colaboração bem como a brevidade da vossa resposta, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração,

De V. Exas.

Atentamente,

(Nome da Empresa)

(Nome de quem assina)

(Função de quem assina)

À

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Apartado 1339

EC Arroios (Lisboa)

1009-970 Lisboa

Portugal

Tel: 210 427 500

Fax: 210 427 950

Exmos. Senhores,

Confirmamos que o saldo a receber de _____ em
31 de Dezembro de 2010, ascende a Euros _____ e discrimina-se como segue:

DATA	Nº DO DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	MONTANTE
-------------	------------------------	------------------	-----------------

Anexo 3 – Exemplo de Teste às Reconciliação Bancárias

	Itens em trânsito		Outros não registados pelo banco			Outros não registados by Co			Saldo by Banco t/m
	Dep. em trânsito	Cheques em trânsito	t/m	Db. t/m	(Cr.)	t/m	Db. t/m	(Cr.) t/m	
Saldo by Co 31.12.2010									
									X-Ref
G/L									(a)
Banco 1	132.971	54.394		931	(989)			(666)	186.652
Banco 2	58.196	-		-	-			-	58.196
	191.167	54.394		931	(989)			(666)	244.848

Anexo 4 - Exemplo de Teste aos Fornecimentos e Serviços Externos

Conta	Descrição	X-Ref	30.11.2010	31.12.2009	Var. Noz.10-Dez.09 Variação Percentual	Varição Absoluta Nov10-Dez09	Notas Explicativas	Tipo Teste
626100100 D	Gastos-FSE-Rendas e alugueres-Armazém		-	343	-100%	(343)	> 10000	Ppss RSC
626100400 D	Gastos-FSE-Rend.Alug.-Instalações		65.083	96.358	-19%	(31.275)		Teste Preditivo
626100510 D	Gastos-FSE-Rendas e alugueres-Outros alugueres Viatura		-	4.630	-100%	(4.630)		Ppss RSC
626100710 D	Gastos-FSE-Rend.Alug.-Viat. lig. TA 10%		44.393	40.248	32%	4.145		Teste Preditivo
626100800 D	Gastos-FSE-Rend.Alug.-Viat. parq.		7.649	6.118	50%	1.531		Ppss RSC
626100900 D	Gastos-FSE-Rendas e alugueres-Fotoc.		18.244	21.712	1%	(3.468)		Teste Preditivo
626200100 D	Gastos-FSE-Comunicação-CTT		509	2.841	-79%	(2.332)		Ppss RSC
626200200 D	Gastos-FSE-Comunicação-Internet		648	3.972	-80%	(3.324)		Ppss RSC
626200300 D	Gastos-FSE-Comunicação-Telefone		4.673	4.970	13%	(297)		Ppss RSC
626200400 D	Gastos-FSE-Comunicação-Telemóvel		17.197	15.577	32%	1.620		Ppss RSC
626300110 D	Gastos-FSE-Seguros-Automóvel TA 10%		9.602	10.013	15%	(411)		Ppss RSC
626300200 D	Gastos-FSE-Seguros-Multiriscos		1.063	2.866	-55%	(1.803)		Ppss RSC
626300300 D	Gastos-FSE-Seg-Responsabilidade Civil		58	-	100%	58		Ppss RSC
626300500 D	Gastos-FSE-Seguros-Financeiro		42	429	-88%	(387)		Ppss RSC
626300600 D	Gastos-FSE-Seguros-Captive Insurance		9.436	9.197	23%	239		Ppss RSC
626500100 D	Gastos-FSE-Contencioso e notariado		114	1.228	-89%	(1.114)		Ppss RSC
626600110 D	Gastos-FSE-Disp. de representação TA10%		2.430	2.749	6%	(319)		Ppss RSC
626700110 D	Gastos-FSE-Limp, hig. e conforto-Limpeza		8.936	10.164	6%	(1.228)		Ppss RSC
626700210 D	Gastos-FSE-Lim, hig e conf.-Floricultura		1.024	1.432	-14%	(408)		Ppss RSC
626700320 D	Gastos-FSE-Lim, hig e conf-Cozinha-IVAIS		4.069	4.965	-2%	(896)		Ppss RSC
626799999 D	Gastos-FSE-Lim, hig e conf.-Outros		100	259	-54%	(159)		Ppss RSC
626800600 D	Gastos-FSE-Outros Serviços-New Bussiness		42.256	20.135	152%	22.121		Teste Preditivo
626800620 D	Gastos-FSE-Out.Serv-New Bussiness-IVAND		4.508	8.336	-35%	(3.828)		Ppss RSC
626899900 D	Gastos-FSE-Outros Serviços-Outros		2.132	5.574	-54%	(3.442)		Ppss RSC
626899920 D	Gastos-FSE-Out. Serv.-Out.-IVA Não Ded.		365	-	100%	365		Ppss RSC
	TB Total - Serviços diversos		244.531	274.116				

Anexo 5 – Exemplo de Teste às Existências

Cód. Barras	Tipo	Descrição	PVP	Qt STOCK	Qt REAL	Diferença Qtd	Stock Valor	Real Valor	Diferença Valor	Observações
A - Reciff										
B0188TU	Produtos	blusa c/ franzido+rede	32,38€	1	2	(1)	32	65	(32)	[A]
B0184TU	Produtos	blusa com barras	32,02€	2	2	-	64	64	-	[A]
B0131TU	Produtos	blusa com nó TU	30,19€	1	-	1	30	-	30	[A]
B0189TU	Produtos	blusa com rede	32,38€	1	1	-	32	32	-	[A]
B0186TU	Produtos	blusa decotada	32,02€	5	4	1	160	128	32	[A]
Total Stock							<u>319</u>	<u>289</u>	<u>30</u>	
Acompanhado By Dtt							<u>319</u>	<u>100%</u>		

Anexo 6 – Exemplo de Teste aos Investimentos e Financiamentos

Mapa de movimentação do activo fixo tangível e investimentos em curso

Conta POC	Descrição	Saldo 31.12.2009	Adições	Abates/Alienções	Transferências	Regularizações	Saldo 31.12.2010
G/L	G/L	W	{a}	{a}	{a}	{a}	G/L
Activo Fixo Tangível							
431	Terrenos e recursos naturais	691.823	-	(137.210)	-	-	554.613
432	Edifícios e outras construções	1.969.794	-	-	-	-	1.969.794
433	Equipamento básico	2.556.266	70.947	(279.991)	-	-	2.347.222
434	Equipamento de transporte	1.447	-	(948)	-	-	499
435	Equipamento administrativo	317.314	-	-	(2.494) Ppss	-	314.820
437	Outros activos fixos tangíveis	65.773	-	(3.926)	-	-	61.847
		<u>5.602.417</u>	<u>70.947</u>	<u>(422.075)</u>	<u>(2.494)</u>	<u>-</u>	<u>5.248.795</u>

Anexo 7 – Exemplo de Teste ao Pessoal

Teste às Remunerações e Encargos a 31-12-2010			
Teste às Remunerações			
		{a}	
Vencimentos:	<u>Nº Colab.</u>	<u>Vencim.</u>	<u>Vencim./Nº Colab.</u>
Dezembro	22	56.234	2.556 {a}
			<u>56.234</u>
Nº Meses em P/L			14
Total das Remunerações by DTT			<u>787.275</u>
<i>Diferença</i>			31.564 4%
Total by Co.			<u><u>818.839</u></u>